



NEWSLETTER Nº 37, JUNHO 2009

Contactos:

Escola Superior de Gestão de Santarém

tel/fax 243 322427

E-mail europedirect@esg.ipsantarem.pt

Sítio Web <http://europedirect.esgs.pt>



<http://ec.europa.eu/europedirect>

Tem perguntas sobre a Europa?

☎ Ligue para o número verde a partir de qualquer lugar da UE
0080067891011

① Visite o Centro de Informação EUROPE DIRECT para esclarecer dúvidas e obter documentação

@ Envie uma mensagem por correio electrónico



ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU—7 DE JUNHO

As eleições europeias estão à porta. Em Portugal são já este Domingo, dia 7 de Junho. Por esse motivo dedicamos esta Newsletter especialmente ao Parlamento Europeu. Não há eleições semelhantes a nível da democracia parlamentar: são trinta anos de história a transformar o ideal europeu em realidade.

Trata-se realmente de uma grande conquista, quando nos lembramos como ainda não há muito tempo as pessoas neste continente se matavam umas às outras, trocavam olhares coléricos através de uma cortina de ferro ou viviam sob uma opressão totalitarista ou autoritária

Mas o que significa tudo isto para cada um de nós? Porque devem as pessoas ir votar? Muitos são ainda os europeus que pouco sabem sobre o Parlamento e que não entendem a importância de quem tem nele assento.

A primeira coisa a saber sobre o

Parlamento Europeu é que se trata disso mesmo: um parlamento. A comunicação social refere-se muitas vezes à “Europa” como se esta actuasse e pensasse como uma só unidade, como se houvesse uma sabedoria colectiva em Bruxelas. As coisas não são bem assim.

O Parlamento adopta a maioria das leis europeias; é um local onde se debatem posições diferentes, onde as ideias e os ideias políticos se encontram, colidem, ou reconciliam. Nele formam-se alianças, alcançam-se acordos, forjam-se compromissos e vota-se, com maiorias que prevalecem e minorias que participam do resultado das decisões, como deve ser nas democracias. Trata-se, afinal, do processo habitual, por vezes glorioso, por vezes inglório, das políticas democráticas. É óbvio que, em última análise, quem determina o êxito dessas políticas democráticas, são as pessoas escolhidas pelos eleitores para as definir.

Os deputados europeus são importantes e tomam decisões que afectam directamente a vida de cada cidadão. O automóvel que conduzimos, o ar que respiramos, o telemóvel que trazemos no bolso, os alimentos que ingerimos, a água que bebemos, os trabalhadores que empregamos, o banco ao qual pedimos empréstimos, os voos que reservamos, os brinquedos que compramos, os combustíveis que utilizamos, os resíduos que eliminamos...

As normas, os custos, a segurança de todas estas coisas (e aliás, de muitas outras) são definidas ou regulamentadas pela legislação europeia aprovada pelos deputados que elegemos para o Parlamento Europeu.

Conheça com mais detalhe o papel do Parlamento no processo de tomada de decisão da UE em:

http://www.cor.europa.eu/COR_cms/ui/ViewDocument.aspx?siteid=default&contentID=f084f462-6f18-439a-b5e9-0bf3fb2e7315

PÁGINA A PÁGINA

BREVES

Pag 2

UE ESPECIAL PARLAMENTO EUROPEU

Pag 3

UE Cultura

Pag 5

UE e Oportunidades de Financiamento / Parcerias >>>>>>>

Pag 5

REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA NA UE

O Comissário responsável pelo Ambiente, Stavros Dimas, acolheu com satisfação a informação segundo a qual as emissões de gases com efeito de estufa diminuíram na UE pelo terceiro ano consecutivo. O inventário dos gases com efeitos de estufa realizado pela Agência Europeia para o Ambiente relativo a 2007, último ano relativamente ao qual os

dados completos estão disponíveis, mostra que as emissões da UE-15 desceram 1,6% em relação a 2006 ao passo que a economia registava um crescimento de 2,7%. Com esta baixa, o nível de emissões da UE-15 é inferior em 5% ao seu nível do ano de referência (1990 na maior parte dos casos). A UE-15 encontra-se assim em boas condições para

respeitar o objectivo estabelecido no Protocolo de Quioto, isto é, a redução média de 8% das suas emissões para o período 2008-2012 em relação ao nível do ano de referência. A UE-27 registou uma diminuição de emissões durante o ano de 1,2%, estando assim 12,5% abaixo dos níveis do ano de referência.

CONDIÇÕES DE VIDA

Em 2007, um terço da população da UE não podia fazer face a uma despesa imprevista (Portugal: 20%). 7% da população da UE não conseguia pagar atempadamente as suas facturas de consu-

mo da sua casa (Portugal: 5%) e 3% não conseguiu pagar a renda ou reembolsar um crédito hipotecário (Portugal: 3%). Outros dados deste inquérito revelam que 9% da população da UE não

tem possibilidades de adquirir um automóvel (Portugal: 11%) e 9% não tem meios para comprar um computador (Portugal: 18%).

PROGRAMAS E FILMES EUROPEUS PREENCHEM TRÊS QUARTOS DOS HORÁRIOS NOBRES DAS TELEVISÕES

Os filmes e os programas de televisão "made in Europe" continuam a atrair os telespectadores europeus. Segundo um estudo independente encomendado pela Comissão as obras europeias ocupam cerca de três quartos do horário nobre dos canais europeus. A presença de obras

europeias nos novos meios de comunicação, como o "vídeo a pedido", é encorajadora, mas a sua conformidade com as novas regras europeias para o sector audiovisual exige um acompanhamento atento. Estas regras, destinadas a assegurar a difusão de obras europeias, foram com-

plementadas em 2007 com medidas específicas para os novos meios de comunicação, que deverão ser transpostas para o direito nacional por todos os Estados-Membros até Dezembro de 2009.

REALIZAÇÕES DA COMISSÃO ENTRE 2004 E 2009

A Comissão Europeia apresentou um balanço da sua acção na perspectiva das eleições para o Parlamento Europeu. A Comissão fez com que a União Europeia reunificada agisse em benefício dos seus cidadãos e garantiu uma maior estabilidade e prosperidade a uma união de 27 Estados-membros. Respondeu de forma decisiva à crise económica e financeira e aplicou uma abordagem integrada em termos de luta contra as alterações climáticas e de segurança do abastecimento energético. A Comissão procurou moldar a globalização, no sentido de a tornar inclusiva, assegurar a sua melhor regula-

mentação e reflectir os valores europeus.

O balanço da acção da Comissão consta de um documento publicado em todas as línguas oficiais da UE.

Nos últimos cinco anos, a Comissão consolidou a sua credibilidade junto dos cidadãos, dos operadores económicos, dos Estados-Membros e do Parlamento Europeu. Demonstrou que pode propor iniciativas ambiciosas, mas realistas, e garantir a sua concretização, tudo isto numa fase de mutação institucional e de crise económica.

Foram adoptados novos actos legislativos importantes, atestando assim a determinação de colocar o mercado único ao serviço dos cidadãos, por exemplo, através do reforço dos direitos dos passageiros dos transportes, da redução das tarifas dos telefones móveis ou da simplificação dos pagamentos transfronteiras. Simultaneamente, a Comissão simplificou a regulamentação da UE, propondo eliminar cerca de 10 % de legislação desnecessária e reduzir os encargos administrativos que recaem sobre as empresas, nomeadamente as pequenas e médias empresas.

ELEIÇÕES A 7 DE JUNHO—30 ANOS DE PARLAMENTO EUROPEU



O Parlamento Europeu é a única assembleia parlamentar multinacional eleita por sufrágio universal em todo o mundo e a única instituição da União Europeia submetida, desde Junho de 1979, a sufrágio directo. De cinco em cinco anos são organizadas eleições e o número de deputados aumentou paralelamente aos alargamentos sucessivos da UE. Em 2007, o Parlamento Europeu contava com 785 deputados oriundos de 27 países, reunidos por grupos formados com base em afinidades políticas e não em nacionalidade. O escrutínio de Junho de 2009 coincide com o trigésimo aniversário das eleições europeias por sufrágio universal.



A sede oficial do Parlamento Europeu situa-se em Estrasburgo, na fronteira entre a França e a Alemanha, uma localização que simboliza a reconciliação da Europa após duas guerras mundiais. Na sequência da decisão dos Estados-membros da União Europeia, o Parlamento organiza 12 sessões plenárias por ano em Estrasburgo. As suas comissões reúnem-se em Bruxelas, onde também podem realizar-se sessões plenárias suplementares. Os debates no hemiciclo processam-se em todas as línguas oficiais da UE, o que reflecte o empenhamento do Parlamento numa União variada e multicultural.

Papel do PE



Desde 1979, os sucessivos Tratados europeus alargaram as competências do Parlamento. Actualmente, tem tanta importância como o Conselho de Ministros no que respeita à elaboração do orçamento comunitário e da legislação que visa facilitar a circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais na UE, ou proteger o ambiente e os consumidores. O Parlamento tem competências, ainda, para aprovar a nomeação ou destituir a Comissão Europeia.

Os cidadãos podem dirigir uma petição ao Parlamento para apresentar uma queixa sobre a aplicação do direito europeu. Os deputados elegem um provedor de Justiça europeu, encarregado de examinar as reclamações dos cidadãos nos casos de má administração por parte das instituições ou órgãos da União. Podem,

também, constituir uma comissão de inquérito quando entendem que o direito comunitário não foi respeitado.

No plano Internacional, o Parlamento participa na política externa da UE e o seu parecer favorável é exigido quando a UE negocia tratados internacionais e no âmbito da adesão de novos membros à União. Debate regularmente os direitos humanos e envia observadores a todas as partes do mundo a fim de verificar o carácter livre e equitativo de eleições.

A última reforma dos Tratados, decidida no Conselho Europeu de Lisboa em 2007, veio reforçar os poderes do Parlamento Europeu em muitos domínios.

Funções do PE

Crianças ou adultos, estudantes, pessoas no activo ou reformados, ou ainda consumidores: seja qual for a situação, todos os cidadãos europeus são afectados pela legislação da UE, por vezes sem o saber. Alimentos mais saudáveis, liberdade de circular e de trabalhar em toda a UE, protecção do ambiente... são muitas as áreas em que o papel dos representantes eleitos europeus é fundamental.

Como todos os parlamentos, também o Parlamento Europeu debate a prova leis. É um facto que pode parecer evidente mas, durante muito tempo, não o era. Inicialmente, os deputados europeus apenas podiam dar o seu parecer sobre as propostas legislativas da Comissão Europeia: em última análise, era sempre o Conselho de Ministros, em representação dos governos dos Estados-membros, que tinha a última palavra sobre as leis aprovadas. Ao longo dos anos e dos Tratados, a situação mudou: o papel e os poderes do Parlamento Europeu aumentaram consideravelmente até se tornar um actor imprescindível na definição da legislação comunitária. Agora, na maioria dos casos, para que um regulamento europeu ou uma directiva seja publicada, o Parlamento e o Conselho têm de chegar a um acordo quanto ao seu conteúdo: é chamado o procedimento de co-decisão.

Assim, para que uma lei europeia possa ser aplicada em todos os

Estados-membros, tem de ser assinada pelo Presidente do Parlamento Europeu e pelo Presidente do Conselho de Ministros.

A co-decisão aplica-se actualmente à grande maioria dos textos europeus. Diz respeito, em particular, à livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas dentro do mercado interno europeu. Este procedimento é igualmente aplicado em domínios como a protecção do ambiente, dos direitos dos consumidores e a segurança dos transportes e, com a reforma dos Tratados deverá ser alargado a outros domínios como a agricultura. O Parlamento Europeu desempenha um papel fundamental também na definição da política de desenvolvimento regional, dos programas de apoio à investigação, à educação e à cultura, assim como a promoção da saúde pública.

Por exemplo, os deputados europeus contribuíram para facilitar o reconhecimento dos diplomas e das qualificações profissionais entre os Estados-membros: actualmente é bastante mais simples do que há uns anos exercer uma profissão noutro país da UE. Os deputados participaram, também, na aplicação de normas mais rigorosas em matéria de segurança e rotulagem dos produtos: hoje em dia, no supermercado, é mais fácil a decisão de escolha entre os numerosos produtos provenientes de toda a Europa. Para tranquilizar os consumidores europeus, maioritariamente cépticos em relação aos organismos geneticamente modificados (OGM), o Parlamento Europeu contribuiu para a adopção de regras mais rígidas em matéria de etiquetagem: cada pessoa pode agora escolher e comprar produtos alimentares, com conhecimento de causa.

O Parlamento Europeu conseguiu também reforçar os direitos dos passageiros de transportes aéreos, sem esquecer as pessoas idosas e com mobilidade reduzida que podem, actualmente, exigir uma assistência especial, tanto no aeroporto como a bordo dos aviões. O PE apoiou medidas no sentido de combater de forma mais eficaz as práticas comerciais fraudulentas em toda a UE e contribuiu para a definição de

CONT.

regras que tornam mais fáceis e mais seguros os pagamentos transfronteiriços.

O PE e o dinheiro da UE

Novas auto-estradas, praias mais limpas, investigação sobre novos medicamentos, estudos no estrangeiro... é o Parlamento Europeu que decide, de acordo com os governos dos Estados-membros quais os programas e acções a serem financiados pela comunidade.

Todos os anos, com base em propostas da Comissão Europeia, os deputados negociam, durante longos meses, com o Conselho de Ministros a fim de fixar os montantes das receitas e despesas da União para o ano seguinte. O orçamento assim decidido, dentro de limites estabelecidos para vários anos, assume grande importância, pois determina o apoio que a União Europeia concede em cada um dos seus domínios de actividade, para garantir um crescimento económico sustentável e coesão social. O Parlamento detém igualmente poder de rejeitar o orçamento e de exigir um novo projecto, caso entenda que as suas prioridades não foram suficientemente consideradas.

Grande parte do dinheiro comunitário serve para fomentar o desenvolvimento económico e reduzir as disparidades entre as várias regiões da Europa: construção de auto-estradas ou vias férreas entre os Estados-membros, ajuda às pequenas empresas, projectos de investigação e inovação tecnológica, etc.

A agricultura, que é a única política, inteiramente gerida a nível europeu, também beneficia de uma parte substancial do orçamento. No entanto, outros sectores vêm assumindo uma importância crescente com o apoio do Parlamento Europeu, como a preservação do ambiente, nomeadamente através da criação de parques naturais regionais, da conservação de espécies protegidas, da gestão dos recursos hídricos, da luta contra as alterações climáticas.

Uma parte do orçamento comunitário é também utilizada para financiar o desenvolvimento económico no mundo e a ajuda humanitária destinada a socorrer os países vítimas de catástrofes naturais e outras situações de

crise.

As liberdades e a democracia

Sendo a única instituição eleita da União Europeia, o Parlamento leva muito a sério o seu papel de guardião das liberdades e da democracia, tanto dentro da Europa como no resto do mundo. O papel dos deputados europeus consiste, sobretudo, em representar os cidadãos a nível europeu e em transmitir a sua mensagem aos dirigentes europeus e às instituições da União.

A Carta Europeia dos Direitos Fundamentais reúne num mesmo texto os direitos civis, políticos, económicos e sociais proclamados até então em diversos actos nacionais, europeus e internacionais. Redigida por uma Convenção composta, nomeadamente por deputados europeus e nacionais, foi solenemente proclamada por uma cimeira europeia em Nice, em Dezembro de 2000. Em Dezembro de 2007, em Lisboa, com a assinatura do novo Tratado de Lisboa, os chefes de Estado e de Governo da UE previram torná-la juridicamente vinculativa, conforme pedido pelo Parlamento Europeu. Alguns Estados-membros, como por exemplo o Reino Unido e a Polónia, conseguiram no entanto, obter uma derrogação.

Supervisionar a Comissão Europeia

Ninguém assume o cargo de presidente da Comissão sem o acordo do Parlamento Europeu. Os deputados europeus entrevistam igualmente os candidatos a comissários (designados pelo Governo) e verificam a sua competência para poderem ocupar o lugar. Podem recusar os candidatos cujo perfil considerem não ser adequado (como aconteceu em 2004).

O Parlamento aprova a Comissão, enquanto colégio, através de um voto de confiança. Pode obrigá-la a demitir-se em bloco por meio de uma moção de censura. Esta censura global dos comissários (procedimento que exige maioria absoluta dos deputados e dois terços dos votos expressos) é, porém, considerada como último recurso e nunca se verificou. Em 1999, a perspectiva de um voto de desconfiança do Parlamento relativamente à Comissão Santander, devido a suspeita de fraude, levou à demissão da mesma.

Por um lado, o Parlamento acompanha de perto as actividades da Comissão, realizando uma análise circunstanciada do conteúdo dos relatórios sobre as políticas, a legislação e o orçamento comunitário. Os comissários europeus são regularmente convocados a comparecer perante os deputados, em reuniões das comissões ou na sessão plenária, para defender as suas políticas, explicar as medidas que tencionam tomar e responder às perguntas dos deputados.

Controlar os trabalhos do Conselho

A presidência do Conselho reúne regularmente com os presidentes dos grupos políticos do Parlamento, comparece nas sessões plenárias para aí expor o seu programa, dar conta dos resultados e discuti-los com os deputados. Muitas vezes, a presidência participa também nas reuniões das comissões parlamentares. No início de cada cimeira europeia, durante o qual os dirigentes nacionais adoptam orientações políticas gerais, o presidente do Parlamento expõe, por seu lado, as suas recomendações estratégicas.

Os deputados podem, em sessão plenária ou por escrito, interpor uma resolução do Conselho da UE sobre qualquer assunto; por exemplo, a necessidade de adoptar medidas urgentes para corrigir situações de violação dos direitos humanos, da democracia ou do Estado de Direito.

Cooperar com os Parlamentos nacionais

Finalmente, o Parlamento Europeu participa no estabelecimento e na manutenção de laços estreitos com os parlamentos nacionais da União Europeia. Esta cooperação interparlamentar visa, essencialmente reforçar a dimensão parlamentar da UE, acentuando o controlo democrático e a responsabilidade das decisões a nível comunitário. Garante maior transparência e abertura do processo de decisão e aumenta a legitimidade democrática, a qualidade e a eficácia do processo legislativo da União Europeia.

A reforma dos Tratados prevê uma participação ainda maior dos parlamentos nacionais no processo institucional.



GUIMARÃES DESIGNADA COMO UMA DAS CAPITALS EUROPEIAS DA CULTURA EM 2012

O Conselho da UE designou as cidades de Guimarães (Portugal) e Maribor (Eslovénia) como Capitais Europeias da Cultura de 2012, às quais se sucederão Marselha (França) e Košice (Eslováquia) em 2013. A decisão do Conselho reflecte a recomendação formulada pelo júri de selecção do Outono de 2008.

Guimarães e Maribor: Capitais Europeias da Cultura de 2012

Em 2012, caberá a Portugal e à Eslovénia a honra de acolher a manifestação «Capital Europeia da Cultura». Estes Estados-Membros propuseram, respectivamente, Guimarães e Maribor. Com base numa avaliação global efectuada a partir de um conjunto de critérios estabelecidos em 2006, as propostas foram analisadas por um painel de peritos independentes que, no Outono de 2008, chegaram a acordo no sentido de recomendar a designação das duas cidades enquanto Capitais Europeias da Cultura de 2012. Por conseguinte, o Conselho designou ambas as cidades como Capitais Europeias da Cultura de 2012.

Marselha e Košice: Capitais Europeias da Cultura de 2013

No que diz respeito às capitais de 2013, aplicou-se um novo processo de designação, composto por um concurso em duas fases gerido pelo Estado-Membro em causa. À luz dos critérios aplicáveis à manifestação, o painel considerou que as cidades de Marselha e Košice tinham apresentado as melhores candidaturas, sagrando-se, assim, vencedoras, respectivamente em França e na Eslováquia. Por conseguinte, o Conselho designa Marselha e Košice como Capitais Europeias da Cultura de 2013.

Preparativos da manifestação

A designação formal representa apenas o início de um processo que culminará no ano em que as cidades serão capitais da cultura. Os preparativos, que se estenderão por vários anos, serão determinantes para o sucesso da manifestação. Para garantir o êxito, é fundamental que as administrações centrais e municipais se empenhem continuamente ao longo de todo o processo até ao

ano em questão, inclusive em termos de contributo financeiro. Estas manifestações trazem vantagens culturais e socioeconómicas consideráveis e repercutem-se favoravelmente no turismo. A magnitude da manifestação – que dura todo um ano – constitui um desafio de monta, razão pela qual a Comissão Europeia organiza actualmente um processo de acompanhamento e aconselhamento, para auxiliar as cidades na fase preparatória. O painel de acompanhamento, que formulará recomendações construtivas, procurará assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos na fase de selecção. Em conformidade com a legislação aplicável, se os compromissos assumidos e as recomendações do painel forem respeitados, as cidades serão galardoadas com o prémio Melina Mercouri, que visa recompensar os preparativos da manifestação.

Após Vilnius (Lituânia) e Linz (Áustria) no corrente ano, as próximas Capitais Europeias da Cultura serão Essen (Alemanha), Pécs (Hungria) e Istambul (Turquia) em 2010 e Turku (Finlândia) e Tallin (Estónia) em 2011.



OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS

Veja as oportunidades de financiamento em todas as áreas:

<http://europedirect.esgs.pt/Financiamento.asp>

Saiba em que projectos podem ser parceiro:

<http://europedirect.esgs.pt/Parcerias.asp>